

O MUNDO EM RECESSÃO

Variações PIB Real (Previsões 2020)

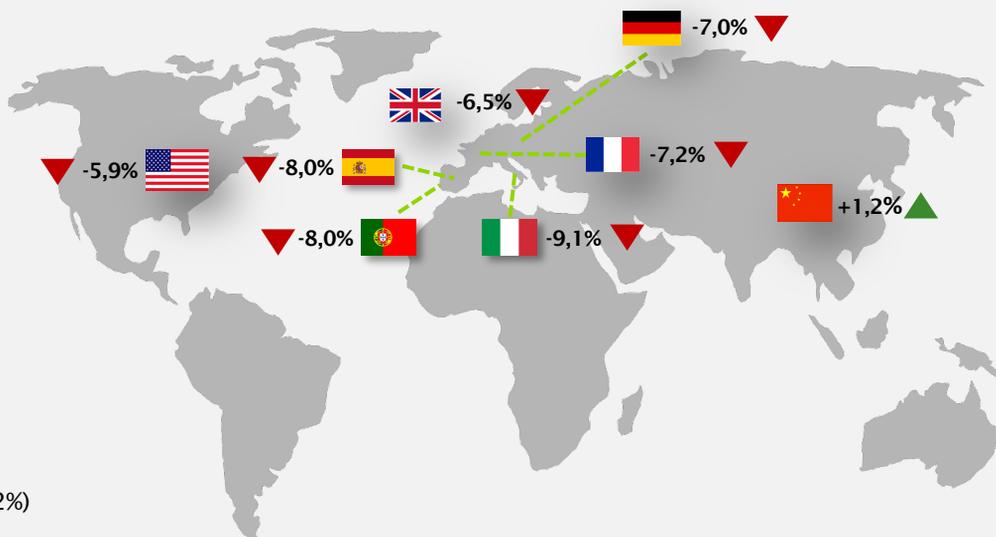


GLOBAL

-3,0% ▼

+2,9% em 2019

Zona Euro ▼ **-7,5%**
(2019: +1,2%)



Source: FMI | World Economic Outlook: Abril 2020

O IMPACTO DO COVID-19 NA ECONOMIA PORTUGUESA

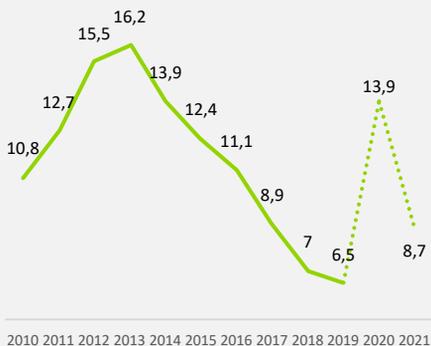


Portugal enfrenta a maior crise económica das últimas décadas. Embora seja antecipada uma recuperação em 2021, esta não será suficiente para retomar níveis pré-crise

Variações PIB Real (%)



Taxa de Desemprego (%)



Défice Público (% PIB)



Dívida Pública (% PIB)



Source: PORDATA & FMI (World Economic Outlook; Fiscal Monitor: Abril 2020)

SALVAR A ECONOMIA COMO NA II GUERRA MUNDIAL

Num momento de crise, as necessidades do presente têm de ser balanceadas com as do futuro. É importante preservar o rendimento das famílias, mas não criar um modelo de incentivos que distorça as nossas prioridades.

1. PRIORIDADE É A TESOURARIA DAS EMPRESAS

A prioridade imediata é a tesouraria das empresas. Devemos apontar para um quadro de incentivos dirigidos às empresas que lhes permita tornarem-se mais competitivas e reconstituem a base de capital necessária para superar as perdas sofridas e os desafios do crescimento económico.

A título de exemplo, o valor a suportar pelas empresas com o *lay-off* poderá variar aproximadamente entre 16% e 24% da massa salarial para os salários mais baixos. Sofrem assim uma destruição imediata do capital. Por cada 100.000 euros de massa salarial, estima-se uma perda entre 4% a 6% se uma empresa encerrar atividade por um período de três meses. Só em custos salariais, sem considerar outros custos fixos.

2. NECESSÁRIOS FUNDOS DE RECONSTRUÇÃO NACIONAL

Por este motivo, se pudéssemos escolher apenas uma medida para implementar optaríamos pela criação de Fundos de Reconstrução Nacional. Baseados no modelo alemão do pós-segunda guerra mundial, podem servir de veículo para a canalização de investimento, público e privado, para o tecido empresarial, contando com a participação do Estado e dos bancos.

Estes fundos poderiam investir, por exemplo, em instrumentos de financiamento e capitalização das empresas, tais como obrigações convertíveis em capital, sem direito de voto. Outros instrumentos também se podem estruturar por forma a manter a propriedade privada e recuperar-se assim o capital perdido. Em casos muito específicos, os direitos de votos poderiam ser exercidos.

3. O PAPEL DO BANCO CENTRAL EUROPEU

A boa notícia é que não precisamos de escolher apenas uma medida. Temos também um instrumento poderoso ao nosso alcance, se o soubermos usar bem: o Banco Central Europeu. Se as instituições da União Europeia foram pensadas para evitar a guerra na Europa, elas também são a condição essencial para responder a uma ameaça comum

O Banco Central Europeu - banco emissor na zona euro - tem um balanço onde pode acomodar todas as dívidas dos Estados-membros. Esse procedimento deverá estar sujeito a uma única condicionalidade: a de respeitar o princípio da subordinação voluntária ao que for a política comum que vier a ser estabelecida para o espaço europeu.

As bases de partida de cada país são diferentes. E, também aqui, o Banco Central Europeu poderá operar como uma “câmara de compensação” diferenciando as responsabilidades futuras de cada país em função da casa de partida. Mas a prioridade, porque é aí que está a urgência, é a configuração da posição conjunta que assegure o acesso aos recursos de que todos agora precisam.

Associação Missão Crescimento

Jorge Marrão (Projeto Farol), Rui Leão Martinho (Ordem dos Economistas), Carlos Mineiro Aires (Ordem dos Engenheiros), António Saraiva (CIP - Confederação Empresarial de Portugal) e Paulo Carmona (Forum de Administradores de Empresas)

* Artigo originalmente publicado no Expresso Online (4 de Abril 2020)